

ARQUITETURA POPULAR COMO (RE)EXISTÊNCIA EM BENTO RODRIGUES, MARIANA/MG

Julia Ishicava

Conterra - UFOP | julia.ishicava@aluno.ufop.edu.br

Flora d'El Rei Lopes Passos

Conterra - UFOP | flora.passos@ufop.edu.br

EIXO TEMÁTICO: (5) Projeto, Tradição e Contemporaneidade

Resumo: O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, provocou um desastre-crime socioambiental e cultural sem precedentes, levando rejeito tóxico a por toda a Bacia do Rio Doce, entre Minas Gerais e Espírito Santo. O primeiro local atingido foi Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana/MG, cuja comunidade foi deslocada compulsoriamente. O presente artigo tem como objeto a arquitetura popular e outras práticas comunitárias desenvolvidas em Bento Rodrigues após o rompimento. O objetivo é compreender de que modo a reconstrução autogestionária de edificações e a realização de intervenções coletivas em territórios atingidos pela mineração podem ser interpretadas como estratégias de resistência, memória e apropriação territorial diante dos impactos e avanços do neoextrativismo. A metodologia combina pesquisa bibliográfica e documental, cartografia social e observação de campo com uso de técnicas de levantamento, gerando assim um registro inédito do território de origem de Bento Rodrigues. Os resultados apontam para experiências emblemáticas, como a reconstrução de casas pelo grupo “Loucos por Bento”, que demonstram a permanência e a atualização de modos de fazer comunitários, ressignificados como gestos políticos frente à violência institucional e à morosidade da reparação oficial. Conclui-se que a arquitetura popular, entendida não apenas como técnica, mas como linguagem cultural e social, reafirma identidades coletivas, atualiza práticas vernaculares e amplia o debate sobre o patrimônio, compreendido aqui como prática viva, e não como reminiscências nostálgicas; nesse sentido, contribui para refletir sobre como a tradição do fazer coletivo pode ser reapropriada na contemporaneidade, configurando um campo de resistência e apontando caminhos para experiências de arquitetura críticas e situadas, capazes de dialogar com os desafios sociais e ambientais da atualidade.

Palavras-chave: Bento Rodrigues; Arquitetura Vernacula; autogestão; autoconstrução.

POPULAR ARCHITECTURE AS (RE)EXISTENCE IN BENTO RODRIGUES, MARIANA/MG

Abstract: The collapse of the Fundão dam in 2015 caused an unprecedented socio-environmental and cultural disaster-crime, carrying toxic tailings throughout the Rio Doce Basin, between Minas Gerais and Espírito Santo. The first location hit was Bento Rodrigues, a sub-district of Mariana/MG, whose community was forcibly displaced. This article focuses on popular architecture and other community practices developed in Bento Rodrigues following the collapse. The objective is to understand how the self-managed reconstruction of buildings and the execution of collective interventions in territories affected by mining can be interpreted as strategies of resistance, memory, and territorial appropriation in the face of the impacts and advances of neo-extractivism. The methodology combines bibliographic and documentary research, social cartography, and field observation using surveying techniques, thereby generating an unprecedented record of the original territory of Bento Rodrigues. The results point to emblematic experiences, such as the reconstruction of houses by the group “Loucos por Bento”, which demonstrate the permanence and updating of community ways of doing, reframed as political gestures in the face of institutional violence and the sluggishness of official reparations. It is concluded that popular architecture, understood not only as technique but as a cultural and social language, reaffirms collective identities, updates vernacular practices, and broadens the debate on heritage—understood here as a living practice rather than nostalgic reminiscences; in this sense, it contributes to reflecting on how the tradition of collective making can be re-appropriated in contemporary times, configuring a field of resistance and pointing towards paths for critical and situated architectural experiences capable of engaging with today's social and environmental challenges.

Keywords: Bento Rodrigues; Vernacular Architecture; self-management; self-construction.

2

ARQUITECTURA POPULAR COMO (RE)EXISTENCIA EN BENTO RODRIGUES, MARIANA/MG

Resumen: El rompimiento de la presa de Fundão en 2015 provocó un desastre-crimen socioambiental y cultural sin precedentes, llevando desechos tóxicos por toda la cuenca del río Doce, entre Minas Gerais y Espírito Santo. El primer lugar afectado fue Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana/MG, cuya comunidad fue desplazada de forma obligatoria. El presente artículo tiene como objeto la arquitectura popular y otras prácticas comunitarias desarrolladas en Bento Rodrigues tras la ruptura. El objetivo es comprender de qué manera la reconstrucción autogestionaria de edificaciones y la realización de intervenciones colectivas en territorios afectados por la minería pueden ser interpretadas como estrategias de resistencia, memoria y apropiación territorial ante los impactos y avances del neoextractivismo. La metodología combina investigación bibliográfica y documental, cartografía social y observación de campo con el uso de técnicas de levantamiento, generando así un registro inédito del territorio de origen de Bento Rodrigues. Los resultados señalan experiencias emblemáticas, como la reconstrucción de casas por el grupo “Loucos por Bento”, que demuestran la permanencia y actualización de modos de hacer comunitarios, resignificados como gestos políticos frente a la violencia institucional y la morosidad de la reparación oficial. Se concluye que la arquitectura popular, entendida no solo como técnica, sino como lenguaje cultural y social, reafirma identidades colectivas, actualiza prácticas vernáculas y amplía el debate sobre el patrimonio, comprendido aquí como una práctica viva y no como reminiscencias nostálgicas; en este sentido, contribuye a reflexionar sobre cómo la tradición del hacer colectivo puede ser reapropiada en la contemporaneidad, configurando un campo de resistencia y señalando caminos para experiencias de arquitectura críticas y situadas, capaces de dialogar con los desafíos sociales y ambientales de la actualidad.

Palabras clave: Bento Rodrigues; Arquitectura Vernácula; autogestión; autoconstrucción.

INTRODUÇÃO

Para compreender a magnitude da perda e a profundidade da resistência em Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana-MG, deve-se transcender a imagem estática de "terra arrasada" disseminada desde novembro de 2015. Bento Rodrigues não era um vazio demográfico à espera dos avanços do neoextrativismo, mas um território de densa tradição histórica e cultural. O povoamento, com origens que remontam à exploração aurífera do século XVIII, desenvolveu-se entre os córregos Santarém e Ouro Fino, integrando a histórica Estrada Real e servindo de conexão entre Mariana e outros distritos. A ocupação do território caracterizava-se por uma morfologia singular, típica dos arraiais mineiros, onde o traçado urbano e as edificações vernaculares refletiam modos de vida intrinsecamente ligados à terra. A arquitetura local, muitas vezes executada com técnicas tradicionais como o adobe e a alvenaria de pedra, não constituía apenas um abrigo físico, mas um suporte de memórias e saberes transmitidos geracionalmente. As práticas cotidianas — o cultivo nos quintais, as festividades religiosas na Capela de São Bento e as relações de vizinhança — formavam uma "tessitura vital" que fundia o espaço físico à identidade coletiva. Portanto, o cenário anterior ao rompimento não era apenas de um território com modos de vida rurais, mas onde a comunidade tinha domínio sobre suas práticas de produção e reprodução da vida.

3

Em 5 de novembro de 2015, essa continuidade de três séculos foi violentamente interrompida pelo rompimento da barragem de Fundão das empresas Samarco/Vale/BHP¹. Este evento não deve ser classificado como um acidente ou fatalidade, mas sim como um "desastre-crime" socioambiental, resultado de um modelo de exploração mineral predatório que opera sob a lógica do "Mineraloceno", termo cunhado por Aráoz (2022) para descrever o tempo que vivemos, em que a mineração não apenas extrai recursos, mas imprime uma transformação catastrófica na Terra e a voracidade geofágica do capital devora territórios e subjetividades.

A lama tóxica que soterrou Bento Rodrigues operou uma desterritorialização desenraizadora, destruindo não apenas as casas, mas os referenciais simbólicos e materiais que sustentavam a comunidade. A violência desse processo se estendeu para além do momento da ruptura física: ela perpetuou-se na morosidade da reparação e na imposição de uma lógica urbana neoliberal e burocrática no processo de reassentamento, muitas vezes alheia aos desejos e modos de vida rurais dos atingidos (Soares, 2024). O problema central, portanto, reside na tentativa de apagamento sistemático dessa comunidade, tanto pela lama quanto pelas estruturas de poder que

¹ A Samarco é uma joint-venture da Vale e da BHP Billiton; adota-se o nome das três mineradoras em conjunto ao longo do presente trabalho para representar a responsabilidade compartilhada pelo rompimento da barragem do Fundão.

gerenciam o pós-desastre, tratando o território de origem como um espaço morto ou interditado.

Diante desse cenário de destruição e tentativa de apagamento, este estudo justifica-se pela necessidade de analisar não a vitimização passiva, mas a agência política da comunidade em sua luta por permanecer no território atingido de Bento Rodrigues. O objetivo central é investigar as práticas de arquitetura popular e práticas comunitárias desenvolvidas em Bento Rodrigues após o rompimento – especificamente as ações do grupo "Loucos por Bento" – como estratégias de resistência e (re)existência. A reconstrução da casa de Dona Terezinha (ou "Casa dos Loucos") emerge como o estudo de caso principal. Contrariando as lógicas institucionais que interditavam a área, moradores e ex-vizinhos uniram-se para limpar, reformar e habitar as ruínas aos finais de semana. Como relata o Jornal A Sirene (2017), "Dona Terezinha e sua casa" tornaram-se um ponto de encontro vital onde a comunidade renova suas energias e reafirma seu pertencimento, dormindo sob o céu de Bento e recusando o exílio total.

O objetivo aqui é compreender de que modo a reconstrução autogestionária de edificações e a realização de intervenções coletivas em territórios atingidos pela mineração podem ser interpretadas como estratégias de resistência, memória e reapropriação territorial diante dos impactos e avanços do neoextrativismo. Ou seja, a arquitetura popular e outras práticas comunitárias são atualizadas pela necessidade de enfrentamento, campo de disputa pelo direito ao território e à memória. Para apreender essas dinâmicas de resistência que escapam aos relatórios oficiais das mineradoras, a metodologia deste trabalho adota a cartografia social como norte, utilizando-se de diversas estratégias de pesquisa (como a documental, bibliográfica, escuta ativa e trabalhos de campo), além da criação de interfaces gráficas, sendo desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Conflitos em Territórios Atingidos - Conterra, vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

4

BENTO RODRIGUES: TERRITÓRIO, RUPTURA E PERMANÊNCIA

Bento Rodrigues, fundado no início do século XVIII, não deve ser compreendido apenas como um traçado urbano colonial, mas como um território forjado pela continuidade de práticas vernaculares. Antes do desastre-crime de 2015, a lógica espacial do subdistrito era ditada por uma relação intrínseca entre o morar e o produzir, manifesto nas práticas de seus habitantes (muito ligadas ao cultivo e manejo de animais) e na espacialidade por meio dos quintais produtivos, repletos de hortas, cercas simples ou muros baixos, bem como no espaço público, destacado pela presença de árvores frutíferas. O rompimento da barragem de Fundão impôs uma ruptura drástica: a lama de rejeitos não apenas destruiu a materialidade do arraial, mas tentou aniquilar as territorialidades que o sustentavam. Após o rompimento, operou-se um "segundo crime": a institucionalização do vazio. Através do Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD), as

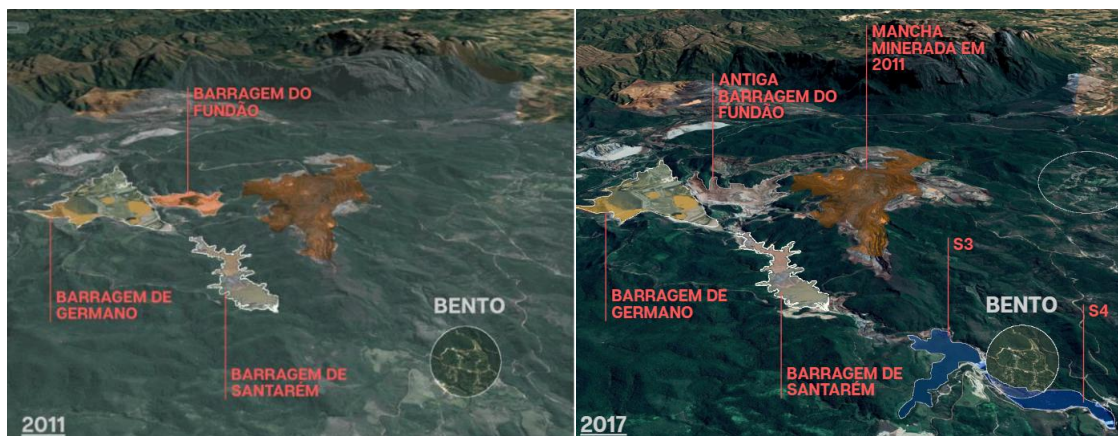
empresas mantenedoras e, por vezes, o poder público, passaram a tratar Bento Rodrigues como um local de "perda total", uma ruína interditada e perigosa.

Nesse contexto, a cronologia pós-rompimento em Bento Rodrigues é marcada pela imposição de estruturas físicas que materializam a violação de direitos fundamentais mesmo durante os processos de reparação. O primeiro marco desse controle foi a restrição do acesso da população atingida ao território de origem, com bloqueios sistemáticos, incluindo a instalação de uma guarita na entrada de Bento Rodrigues para impedir o acesso dos proprietários às suas casas e terras. Conforme explica Passos (2019; 2022), apenas com uma decisão favorável do Ministério Público, o acesso dos atingidos à Bento foi permitido às quartas, sábados e domingos em horário diurno, sob pretexto da manutenção de suas atividades culturais. Todavia, ao longo de meses, operou-se uma série de saques aos imóveis, até hoje pouco esclarecidos, quando foram levados móveis, objetos pessoais, eletrodomésticos, janelas, portas e até mesmo coberturas, restando apenas as paredes de diversos imóveis, incluindo aqueles localizados na cota mais elevada do subdistrito, não atingidos diretamente pelo rejeito tóxico (Passos, 2019; 2022).

Outro marco do apagamento do território atingido foi a construção, em setembro 2016, do Dique S4 (figura 1), uma estrutura de contenção que provocou o alagamento de grande parte das ruínas de Bento Rodrigues, e, apesar das previsões iniciais de descaracterização em 2019², a área segue alagada até hoje. Sob o argumento da segurança ambiental, o dique submergiu parte do subdistrito contendo casas, áreas de cultivo e muros de alvenaria de pedra, sem que houvesse um consentimento livre e informado da comunidade. Esta intervenção não apenas destruiu o patrimônio físico, alterando definitivamente a hidrografia e a topografia, mas interferiu nos processos de construção de memórias e sentimento de pertencimento, transformando o lugar de morada em depósito de rejeitos.

Figura 1: Mapa do avanço das estruturas ligadas à Samarco/Vale/BHP

² MINAS GERAIS. Decreto NE nº 500, de 20 de setembro de 2016. Dispõe sobre a requisição administrativa de terreno localizado no Município de Mariana, para implantação do Dique S4. Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DNE/500/2016>. Acesso em: 12 jan. 2026.



A partir de imagens de satélite de 2011 (antes do rompimento) e 2017 (após a execução dos diques que submergem parte do território de origem de Bento Rodrigues).

Fonte: as autoras, com base no Google Earth. Acesso em 10 dez. 2025.

Essa gestão autoritária justifica-se tecnicamente pela classificação da área como zona de autossalvamento (ZAS)³. Ou o que podemos chamar de “zona de sacrifício”, uma vez que, ao rotular o território sob o signo do risco iminente de morte, as empresas demonstram a necropolítica. A “zona de autossalvamento” transfere para o indivíduo a responsabilidade pela sua própria vida em caso de novos colapsos, enquanto as mineradoras utilizam essa classificação como salvaguarda para impedir o retorno definitivo e a reconstrução das territorialidades. O risco deixa de ser um dado técnico para se tornar um instrumento político de desterritorialização.

No campo jurídico, a não conclusão do processo de tombamento⁴ de Bento Rodrigues e as tentativas de desapropriação apresentam uma faceta contraditória do Estado: embora o tombamento seja um instrumento de preservação, se realizado sem a participação dos atingidos e para justificar a expulsão definitiva em prol de um memorial estático, ele instrumentaliza relações de poder em detrimento do uso e apropriação comunitária do território. A não-defesa da posse histórica das famílias em Bento revela como o direito ao patrimônio institucional pode ser usado para silenciar o direito à terra e à continuidade da vida. Há a determinação de atrelar o tombamento e a desapropriação, como partes de um único processo de proteção, no acordo de

³ MINAS GERAIS. Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019. Institui a política estadual de segurança de barragens. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/23291/2019/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

⁴ Houve, entretanto, experiências nesse sentido: em 2016 o Conselho de Patrimônio Municipal de Mariana deliberou pelo tombamento provisório do conjunto de Bento Rodrigues Paracatu de Baixo (não concluindo o tombamento definitivo); em 2019, é entregue o Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, realizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e a Universidade Federal de Minas Gerais; em 2024, a Repactuação (Acordo, 2024) atribui ao município a responsabilidade de efetivar o tombamento.

repactuação firmado em novembro de 2024 entre as empresas Samarco/Vale/BHP e diversos entes públicos (TJMG, 2024).

Por fim, o embate atual concentra-se na tramitação Projeto de Longo Prazo (PLP) da Samarco/Vale/BHP, não apenas para a continuidade, mas para a expansão das atividades de exploração de minérios no Complexo Germano em Mariana, contando com novas tecnologias - como a instalação de pilhas de rejeito estéril, uma vez que as barragens do tipo à montante (como a de Fundão) não são mais permitidas. O PLP coloca em xeque o direito à não-repetição, propondo a inserção de uma pilha em Bento Rodrigues e outra em Camargos, as duas primeiras localidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. A não-repetição não se limita a evitar novos rompimentos, mas exige a interrupção das violações de direitos humanos que ocorrem cotidianamente. Enquanto o território for gerido como uma zona de exceção sob controle corporativo, a justiça permanece suspensa, transformando a permanência insurgente dos atingidos na única via real de reparação e defesa da memória. Essa narrativa de "vazio" serve a um propósito político de desterritorialização: ao declarar o território como inabitável, ignora-se que o vínculo afetivo e a posse simbólica não se rompem com a lama. A imposição de cercamentos, o controle de acesso por seguranças particulares, o alagamento de parte significativa do território, a demora deliberada na reparação e a busca pela expansão dos mesmos empreendimentos de mineração no local do desastre-crime configuram uma estratégia de apagamento da memória. No entanto, é precisamente nesse cenário de interdição que surge a resistência e as (re)existências.

7

A RECONSTRUÇÃO⁵ DA CASA DE DONA TEREZINHA

Antes mesmo da permissão legal em 2016 para acesso ao território, alguns atingidos espontaneamente retornavam ao território de origem, por "luta, medo e necessidade. Não foi um retorno livre, foi tardio, controlado e marcado pela dor" (Mônica Santos, informação oral, 2026). A partir da decisão favorável ao retorno para celebrações culturais em 2016, esse ato ganha contornos de coletividade organizada: por ocasião de São Bento, padroeiro do subdistrito, um grupo de mais de 50 pessoas se uniu e foi realizar a celebração no território de origem no fim de julho de 2016 (Soares, 2024); em outubro do mesmo ano, 15 atingidos pernoitaram em Bento dentro de barracas (A Sirene, 2016) - uma vez que as casas já havia passado pelo processo de saque, como mencionado anteriormente.

A partir dessas experiências, algumas dessas pessoas passaram a frequentar o território de origem todos os finais de semana, apesar das dificuldades físicas (falta de um espaço qualificado e serviços básicos, como água e energia elétrica) e institucionais que se impunham. Surge, assim, o grupo autodenominado "Loucos por Bento", que até

⁵ Termo empregado pelos próprios atingidos, que entendem as práticas de autogestão realizadas são mais que meras reformas na materialidade.

o momento da elaboração do presente artigo, segue retornando a Bento, não apenas para as celebrações religiosas, mas todos os finais de semana. É nesse contexto que ocorre a reconstrução da casa de Dona Terezinha, uma das integrantes do grupo, escolha estratégica fundamentada na necessidade da permanência, já que o imóvel está localizado na parte alta do subdistrito - e, portanto, não atingida diretamente pelo rejeito. No "Bento de antes", a residência de Dona Terezinha, funcionava como edificação unifamiliar, de esquina, construída em estrutura de concreto armado e alvenarias de tijolo cerâmico furado, cobertura com engradamento em madeira e revestida em telha cerâmica, alpendre, com um fogão à lenha integrado ao quintal.

Figura 2: Localização da Casa da Dona Terezinha



Nesta imagem, é possível visualizar a mancha (em laranja) do rejeito que atingiu Bento Rodrigues, bem como as áreas (destacadas com a borda branca) inundadas pelos diques de contenção e a Casa da Dona Terezinha (em vermelho), inserida na parte alta do subdistrito.

Fonte: as autoras, com base no Google Earth. Acesso em 10 dez. 2025.

A demanda pela reconstrução surgiu da urgência de criar um "ponto de apoio" para os atingidos que, mesmo residindo temporariamente em Mariana, mantinham a rotina de visitas ao território de origem; nesse sentido, a casa deixou de ser apenas uma propriedade privada para se tornar um bem comum da resistência. A demanda era política: era necessário materializar a resistência a partir das preexistências, num território em disputa.

O processo construtivo na casa de Dona Terezinha configurou-se sob a lógica do mutirão, reunindo o grupo "Loucos por Bento", em uma prática de autogestão, mesmo frente às incertezas jurídicas em relação à possibilidade de permanência e uso desse espaço coletivo em construção.

Em termos iniciais, o grupo já pernoitava em barracas dentro do terreno da Casa da Dona Terezinha quando iniciaram algumas medidas de "defesa": limpeza do terreno e edificação e vedação, buscando impedir novos furtos, pois assim como as demais edificações vizinhas, não havia mais portas, janelas, móveis ou fiação elétrica. A partir de tais medidas emergenciais, procederam ao reparo necessário para que o espaço

estivesse apto a recebê-los, como a execução de uma instalação elétrica improvisada e um chuveiro; gradualmente, com bens dos próprios e algumas doações, conseguiram móveis e utensílios para a casa (Mônica Santos, informação oral, 2026). Não apenas de Dona Terezinha, mas dos "Loucos pelo Bento" como um todo, antigos quartos individuais tornaram-se coletivos, sofás deram lugar a bancos, dentre outras estratégias para compartilhar o espaço.

Nas palavras dos próprios integrantes do "Loucos por Bento", mais que uma reforma, foi uma "reconstrução material e simbólica" (Mônica Santos, informação oral, 2026), uma ação afirmativa da memória de seus detentores. A técnica empregada foi marcada pelo hibridismo material: utilizou-se o tijolo cerâmico industrial, o cimento e a telha de fibrocimento para recompor volumes. Há, nas laterais da casa, uma horta, devido ao hábito de frequentar o espaço e correlação entre o modo de vida da comunidade com o cultivo de hortaliças.

É importante ressaltar que essa experiência de autogestão ainda está em andamento, visto que aos finais de semana as manutenções da edificação ainda ocorrem por quem a usufrui, e que ainda restam melhoramentos necessários. É um processo, e não o resultado de uma ação pontual.

Essa adaptação técnica é o que define a vitalidade da arquitetura popular. Como a infraestrutura básica de Bento Rodrigues foi interrompida, o grupo enfrentou dificuldades extremas durante as intervenções: a ausência de rede de água e energia elétrica exigiu soluções de improviso, como o transporte manual água, a execução de instalações elétricas improvisadas e o uso de um gerador elétrico, conquistado e mantido pelos "Loucos". Além disso, a presença constante da vigilância patrimonial das mineradoras transformou o ato de assentar um tijolo em um gesto de enfrentamento. As "gambiarras" técnicas não devem ser lidas como uma estética da urgência, pois a "precariedade é consequência da não reparação" (Mônica Santos, informação oral, 2026). É a arquitetura que se faz "apesar de", utilizando a materialidade disponível para garantir a soberania sobre o espaço vivido.

O tratamento gráfico conferido a essa experiência no âmbito desta pesquisa cumpre um papel que transcende a representação técnica: ao desenhar a reconstrução da casa de Dona Terezinha, retira-se essa obra da invisibilidade. Os desenhos revelam como a nova estrutura respeita a memória do traçado original, mas incorpora as cicatrizes do desastre e as marcas da luta comunitária.

Figura 2: Compilado de registros da Casa da Dona Terezinha



Algumas das fotografias da Casa dos Loucos por Bento receberam um tratamento visual, buscando evidenciar aspectos da reconstrução específicos (como a complementação dos vãos por tijolos e a inserção de novas esquadrias)

Fonte: os autores.

A figura 2 representa, portanto, um conjunto das fotografias e estratégias gráficas adotadas para o registro e interpretação das vivências de campo realizadas na Casa de Dona Terezinha, apresentadas numa síntese como estratégia das autoras. Em conclusão, a Casa de Dona Terezinha demonstra que o patrimônio-insurgência surge da experiência prática: ela é hoje um espaço de memória e resistência, que desafia o zoneamento de exceção e reafirma que o direito ao território se exerce, fundamentalmente, através do direito de construir e permanecer.

10

O PATRIMÔNIO-INSURGÊNCIA

Para compreender as dinâmicas de Bento Rodrigues, é fundamental evocar a definição de arquitetura vernacular como uma manifestação tradicional e histórica de um povo, desenvolvida à margem das figuras formais do arquiteto ou do projeto convencional, indo além de seu aspecto material (Braga, 2018). Essa arquitetura é um ato cultural intrínseco, que se adapta às limitações locais e utiliza tecnologias autóctones para expressar a identidade de um grupo, ligado às especificidades e demandas.

Sob esta ótica, as práticas de reconstrução observadas em Bento Rodrigues reafirmam o seu caráter vernacular através do mutirão. Embora haja um distanciamento contemporâneo das técnicas construtivas em terra (primitivas ao local), o mutirão sobrevive como uma tecnologia social e manifestação autóctone. Assim, mesmo diante das violentas transformações impostas ao território, a persistência dessas práticas coletivas configura uma atualização da cultura material daquela comunidade, mantendo

viva uma linguagem de resistência e apropriação que transcende a técnica construtiva isolada.

O campo do patrimônio é, historicamente, um campo de disputas. Laurajane Smith (2006) define o "Discurso Autorizado do Patrimônio" como uma construção ocidental que privilegia a monumentalidade, a materialidade grandiosa e a expertise técnica, muitas vezes em detrimento das práticas imateriais e das comunidades subalternizadas. No contexto de Bento Rodrigues, o desastre explicita o conflito entre o "patrimônio institucionalizado" (frequentemente tutelado pelo Estado e, ironicamente, gerido pelas empresas em acordos de reparação) e o "patrimônio não-institucionalizado" ou dissonante. Enquanto o primeiro se preocupa com a museificação de um território supostamente arrasado ou a construção de memoriais estáticos, o segundo — defendido pela comunidade — clama pelo direito à vida no território. Como argumentam Dias e Passos (2024), a arquitetura vernacular popular enfrenta um processo de invisibilização, onde seus valores são ignorados pelos grandes empreendimentos que reordenam o território.

Reconhecer o patrimônio não-institucionalizado é, portanto, um ato de contra-hegemonia. Significa afirmar que a "Casa da Dona Terezinha", reerguida pelas mãos do grupo "Loucos por Bento", possui tanto ou mais valor patrimonial que uma igreja barroca restaurada, pois ela é portadora de "valores de uso" e de "afeto" que mantêm a comunidade viva, em oposição aos "valores de troca" ou de "exibição" turística (Choay, 2001). O conflito reside na tentativa das estruturas de poder das mineradoras, em cooperação com o Estado, de decidir o que deve ser lembrado e como deve ser preservado, frequentemente excluindo a dimensão conflituosa e política da memória viva. Nesse contexto, empresta-se o conceito de "insurgência", usado por Miraftab (2016) enquanto práticas que desafiam a lógica hegemônica de planejamento, tendo, portanto, um patrimônio-insurgente nas reconstruções realizadas em Bento Rodrigues.

O que defendemos aqui como patrimônio-insurgência é uma arquitetura popular não apenas por sua técnica construtiva, mas por ser ferramenta de luta comunitária e, portanto, um ato político. Ao instalar janelas, improvisar chuveiros e reativar o fogão a lenha nas ruínas, a comunidade performa a manutenção da vida no território condenado. Essas ações demonstram que a arquitetura autogestionada contribui para as lutas sociais por reparação, servindo como ferramenta ativa de defesa das memórias e contra a mineração predatória.

Essa arquitetura de permanência transforma a ruína em um suporte político. Quando os atingidos reconstroem uma cozinha ou limpam um quintal, a despeito da vigilância das mineradoras, eles estão exercendo o ato coletivo de preservar-se no território, mantendo-o vivo frente à ordem neoliberal da mineração, que enxerga o solo como recurso e o desastre como fato encerrado. A reconstrução insurgente observada em

Bento Rodrigues não é uma descaracterização, mas sim a própria manifestação contemporânea da arquitetura popular como ferramenta de re-existência.

REFERÊNCIAS

ACORDO Judicial para Reparação Integral e Definitiva relativo ao rompimento da Barragem de Fundão. Partes: União, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S.A., BHP Billiton Brasil Ltda. e outros. Brasília, DF, 25 out. 2024. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2024/10/Repactuacao-TTAC-Mariana.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineraloceno: transformação catastrófica da Terra e crise da húmusidade.** Conferência UFMG, 17 nov. 2022.

BRAGA, Samara Luíza Amâncio. **Arquitetura vernácula: registro e análise do uso do adobe em Lapinha da Serra, Santana do Riacho, Minas Gerais.** Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.

DIAS, Adelaide; PASSOS, Flora. A arquitetura vernácula popular frente aos avanços da mineração em Mariana, Minas Gerais. In: [Anais] **4º Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernácula Popular.** Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2024. Disponível em: www.even3.com.br/anais/4-seminario-brasileiro-de-arquitetura-vernacula-popular. Acesso em 12 Dez. 2025.

JORNAL A SIRENE. **A Sirene: para não esquecer** (Edição n. 19). Mariana: 2017. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene>. Acesso em: 17 ago. 2025.

JORNAL A SIRENE. **A Sirene: para não esquecer** (Edição n. 9). Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MIRAFTAB, Faranak. **Planejamento insurgente: cidades de esperança e o direito à cidade.** Revista Plexus, [s.l.], n. 2, p. 1-20, 2016.

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes. **Cidade Tombada, Territórios Tomados: sobre-vivências e re-existências a partir do rompimento da barragem de rejeitos de Minério do Fundão, em Mariana, Minas Gerais.** Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes. **Mariana: cidade tombada, territórios tomados.** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 2022.

PASSOS, Flora d'El Rei Lopes; ISHICAVA, Julia. **(Re)construir e (Re)existir: arquitetura comunitária como ferramenta de luta contra a mineração e em defesa das memórias no território atingido de Bento Rodrigues, Mariana/MG. 2024.** Trabalho apresentado no 18º Encontro Nacional de Arquitetura Comunitária (ENAC), Rio de Janeiro, 2024.

SANTOS, Mônica dos. **Entrevista sobre as reconstruções em Bento Rodrigues.** [Entrevista concedida a] Julia Ishicava. Mariana, 06 fev. 2026.

SMITH, Laurajane. **Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio.** Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 139-154, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115468015010>. Acesso em: 17 ago. 2025

SOARES, Natalia Beneton. **O processo de reassentamento do subdistrito de Bento Rodrigues: Violências sobre as territorialidades dos indivíduos atingidos após o rompimento da barragem de Fundão.** 2024. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.